



SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS, CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO E MERCADOS LOCAIS



FICHA TÉCNICA

Título: Sistemas Alimentares Territoriais, Cadeias Curtas de Abastecimento e Mercados Locais

Publicado no âmbito do projeto “Plano de Informação LEADER2030 - Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” (PDR2020-2.1.4-FEADER-103132), apoiado pela Medida 2.1.4 Ações de Informação do PDR2020, cofinanciado pelo Estado Português e pela União Europeia através do FEADER.

Edição: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Autoria: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Colaboração e revisão: CeCAFA – Centro de Competência para a Agricultura Familiar e Agroecologia (Isabel Rodrigo), ACSA – Alimentar Cidades Sustentáveis Associação (Maria José Ilhéu)

Fotografias: Federação Minha Terra, rede de entidades associadas, promotores de projetos

Design gráfico: Diogo Lencastre

Impressão: Europress - Indústria Gráfica

Tiragem: 1500 exemplares

Data: Maio de 2025

ISBN: 978-989-98813-9-6

ÍNDICE

Enquadramento	5
O sistema alimentar global e a transição para sistemas mais sustentáveis	7
Sistemas Alimentares Territoriais (SAT)	9
Cadeias Curtas de Abastecimento (CCA)	11
A importância económica, social e ambiental das CCA	12
A alimentação saudável e as relações rural-urbano	13
Os apoios às CCA e aos mercados locais	14
Exemplos de projetos e iniciativas promotoras de CCA e SAT	16
Bibliografia	20





ENQUADRAMENTO

A estrutura do sistema alimentar global é cada vez mais reconhecida como insustentável quer do ponto de vista ambiental, quer socioeconómico e político. Perante esta realidade, várias iniciativas destinadas a promover a adoção de sistemas alimentares alternativos, inscritos no designado por processo de Transição Alimentar, vêm sendo realizadas. Entre estas são de referir, à escala internacional, a adoção, em setembro de 2015, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que, na sequência da Declaração do Milénio, foi assumida pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Adotados pelos 193 Estados-membros daquela entidade internacional, os ODS e respetivas 169 metas têm por limite temporal 2030 e por objetivo apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, de modo a enfrentar os desafios que a emergência climática, a perda de biodiversidade e as desigualdades e assimetrias sociais colocam à Sociedade no seu todo Global. De referir que a ambição universal dos ODS contrasta com a dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) cuja implementação se restringiu aos países em desenvolvimento. Ainda à escala internacional são de destacar a Cimeira dos Sistemas Alimentares da ONU de 2021 e várias conferências realizadas pelas Nações Unidas sob a égide do Clima.

À escala europeia, a promoção do processo de Transição Alimentar figura em recomendações recentes (2020) da Comissão Europeia expressas, em particular, na “Estratégia do Prado ao Prato” e na “Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030”, que integram o “Pacto Ecológico Europeu”. De acordo com estes documentos, o objetivo consiste na construção de um sistema alimentar europeu justo, saudável e respeitador do ambiente com base nas seguintes vertentes:

- Assegurar uma produção alimentar sustentável;
- Garantir a sustentabilidade da segurança alimentar;
- Estimular práticas sustentáveis de transformação alimentar, de comércio grossista e a retalho, de hotelaria e de serviços de restauração;
- Promover o consumo sustentável de alimentos e facilitar a transição para regimes alimentares saudáveis e sustentáveis;
- Reduzir as perdas e o desperdício alimentares; e
- Lutar contra a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.

Na sequência, vários Estados-membros criaram estratégias para a prossecução destas finalidades. No caso português esta estratégia encontra-se plasmada no documento “Terra Futura - Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30”. Por seu lado, a promoção da transição para práticas ou sistemas agroalimentares mais sustentáveis foi inserida entre os objetivos do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

Associada à agenda “Terra Futura”, foi apresentado em finais de 2021 o Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), aplicado através de um conjunto de 22 projetos de âmbito sub-regional, liderados por Grupos de Ação Local (GAL). Estruturado nos eixos Consumo, Produção, Dieta Mediterrânica e Educação e Literacia Alimentar, aquele Plano tem por missão estimular a produção nacional, promover a adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis, valorizar os produtos endógenos de qualidade, promover e salvaguardar a Dieta Mediterrânica e, por fim, sensibilizar e aconselhar os consumidores, e a população em geral, para a adoção de uma alimentação nutricionalmente equilibrada e informada.

As recomendações quer europeias, quer nacionais acima descritas pretendem constituir um impulso relevante à adoção dos processos de Transição Alimentar. Sublinhe-se, no entanto, que mesmo antes das recomendações da Comissão Europeia, aqueles processos já vêm sendo concretizados em diversos territórios europeus e apoiados por políticas públicas dos respetivos Estados-membros. Veja-se o caso, nomeadamente, dos Projetos Alimentares Territoriais (PAT) inscritos na política alimentar definida pelo Governo francês, mais concretamente no *Programme National pour l’Alimentation (PNA 2) 2014-2017*, com o objetivo de garantir à popu-



lação o acesso a alimentos seguros, saudáveis, diversificados, de boa qualidade e em quantidade suficiente, produzidos em condições económicas e socialmente aceitáveis para todos, e visando a promoção do emprego, a salvaguarda da agricultura familiar e do ambiente e, ainda, a mitigação e adaptação às alterações climáticas (Marchand e Chabanet, 2022).

Identificados pelo governo francês como “prioridade máxima”, os PAT visam a reterritorialização dos sistemas alimentares e, deste modo, garantir a resiliência e a sustentabilidade dos mesmos (Marchand e Chabanet, 2022). De acordo com o artigo 39 da Lei *d’avenir pour l’agriculture, l’alimentation et la forêt* (LOAAF), de 13 outubro de 2014, aqueles Projetos são elaborados “de forma concertada com todos os atores de um território tendo por objetivo (...) implementar um sistema alimentar territorial. Contribuem para a consolidação das cadeias de abastecimento locais e para o desenvolvimento do consumo de produtos provenientes de circuitos curtos de distribuição, nomeadamente da produção biológica (...), têm por objetivo reunir produtores, transformadores, distribuidores, autarquias locais e consumidores, e desenvolver a agricultura local e a qualidade dos alimentos (...). Baseiam-se num diagnóstico comum da agricultura e da alimentação na região[/território] e na definição de ações operacionais com vista à execução do projeto” (Maréchal; Noël e Wallet, 2019: 262). A partir de 2016 os PAT vão progressivamente disseminar-se por todo o território francês. Em 2021 são incluídos na iniciativa *France Relance*¹, de resposta à pandemia da COVID-19. E, em 2022, mais de 45 milhões de habitantes, cerca de 2/3 da população francesa, estavam abrangidos por um PAT (Marchand e Chabanet, 2022).

A configuração e operacionalização dos PAT assenta nos designados por Sistemas Alimentares Territoriais (SAT). Visando a realocação da alimentação, perseguindo os objetivos da melhoria da saúde pública, da justiça alimentar e da sustentabilidade ambiental e socioeconómica, entre outras finalidades, os SAT integram a agroecologia enquanto abordagem da produção agrícola e as cadeias/circuitos curtos de abastecimento enquanto abordagem de comercialização da produção.



¹ Iniciativa *France Relance* - *Construire la France de demain*. Disponível em: <https://www.info.gouv.fr/grand-dossier/france-relance>



O SISTEMA ALIMENTAR GLOBAL E A TRANSIÇÃO PARA SISTEMAS MAIS SUSTENTÁVEIS

Sistema alimentar é aqui entendido como um sistema que integra as etapas da produção, transporte/armazenamento, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Por seu lado, sistema alimentar global, também designado por sistema alimentar industrial, corresponde à oferta/procura mundial de alimentos, fibras e, mais recentemente, biocombustível e outro tipo de serviços (por exemplo, sequestro de carbono) asseguradas com base num modelo agrícola e alimentar industrial (Rodrigo, 2017) que, progressivamente, se foi expandindo por múltiplas geografias a partir, sobretudo, da década de 1950 (Friedmann, 2005).

A etapa da produção do sistema alimentar industrial baseia-se numa agricultura produtivista. Este tipo de agricultura assenta tecnicamente em sistemas de produção agrícolas intensivos e especializados, praticados em unidades produtivas de grandes dimensões físicas e económicas, e dependentes de combustíveis fósseis, fertilizantes químicos, pesticidas, antibióticos e tecnologia (Rist *et al.*, 2014, entre outros). A legitimar os diferentes apoios à difusão e adoção deste modelo produtivista agrícola em distintas geografias, incluindo as do Sul Global e exemplarmente operacionalizado e apoiado pela Política Agrícola Comum (PAC) desde 1957, estava o objetivo da erradicação da fome no mundo. Para tal, impunha-se, conforme então diagnosticado, aumentar a produtividade agrícola. Esta foi operacionalizada com base em três processos: intensificação (recurso à mecanização e motomecanização, melhoramento genético vegetal e animal, e uso generalizado de adubos, herbicidas e pesticidas), especialização (unidades produtivas centradas em monoculturas com elevados retornos económicos) e concentração (produção agrícola com origem em unidades produtivas de grande dimensão física) (Rodrigo, 2024).

Destes processos resultaram/resultam diferentes tipos de consequências, ou externalidades, negativas. Cientificamente bem documentadas, as ambientais manifestam-se na emissão de um terço do total das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) (Crippa *et al.*, 2021), na sobre exploração dos aquíferos, correspondendo a cerca de 20% dos aquíferos de água doce do mundo, e na degradação da qualidade de cerca de 33% dos solos (UNEP, 2016). Esta degradação corresponde a fenómenos de erosão, perda de matéria orgânica e salinização dos solos. A este propósito, a literatura científica estima que a salinização dos solos pela irrigação seja responsável pela perda mundial de $\approx 1,5$ milhões de hectares de terra arável por ano (Foley *et al.*, 2005), e a erosão, a redução da fertilidade e o sobrepastoreio são estimados, em conjunto, afetarem até $\approx 40\%$ da globalidade das terras de cultivo (Foley *et al.*, 2005). Em 40 anos (1950-1990), quase um terço das terras aráveis do mundo tinham sido destruídas pela erosão, processo que se mantém a um ritmo superior a 10 milhões de hectares por ano² (Pimentel *et al.*, 1995). Embora estes impactes se façam sentir à escala local/regional, sucede que os seus efeitos cumulativos vêm provocando uma transformação da biosfera terrestre (Barnosky *et al.*, 2012).

Ao exposto acresce a eutrofização e poluição dos recursos hídricos, a quebra da biodiversidade terrestre, estimada em 60% (EEA, 2017), o aumento da pressão de pragas e doenças das plantas, a degradação dos ecossistemas (Benton *et al.*, 2021), e a degradação e perda de habitats, com prejuízo dos serviços dos polinizadores, especialmente abelhas (Foley *et al.*, 2005).

Também o melhoramento genético vegetal, na procura da maior produtividade, foi alterando a importância relativa das culturas orientadas para o abastecimento alimentar, com redução drástica da sua diversidade (Rodrigo, 2024). Embora já tenham sido cultivadas para esta finalidade mais de 6 000 espécies de plantas, presentemente só menos de 200 possuem, a nível global, regional ou nacional, contributo relevante para o efeito, e apenas nove são responsáveis por 66% da produção total de alimentos (FAO, 2019).

² De ressaltar que nem toda esta erosão é da “responsabilidade” da atividade agrícola, dado que, por exemplo, o vento e a chuva são também vetores de erosão dos solos.



É certo que a melhoria da produtividade agrícola permitiu aumentar a produção de alimentos à escala global e, deste modo, melhorar a ingestão calórica média com ganhos correspondentes na redução da fome. Porém, apesar da delapidação ambiental e ecológica, entre outras consequências, a agricultura industrial está longe de ter cumprido, ou vir a alcançar, a promessa de eliminar a fome e a subnutrição. Como um relatório das Nações Unidas alerta, o mundo está a desviar-se do seu objetivo de acabar com a fome, a insegurança alimentar³ e a subnutrição em todas as suas vertentes até 2030 (United Nations, 2022).

Consideram-se, de seguida, alguns aspetos relevantes das restantes etapas do sistema alimentar industrial global.

É, sobretudo, a partir de finais da década de 1970 que as restantes etapas, acima enumeradas, do sistema alimentar industrial começam a emergir para, progressivamente, também se consolidarem à escala global. Caracterizado pelo processamento industrial da alimentação e pela concentração da sua distribuição num reduzido número de grandes empresas, individualmente detentoras de uma crescente panóplia de marcas, aquele sistema tem por alicerces, acima descritos na sua essência, o modelo agrícola extractivista dos recursos naturais. A forte interdependência entre este modelo e aquelas etapas do sistema alimentar global, aliada à crescente especialização e concentração produtiva, levou ao acentuar dos processos de desterritorialização, ou deslocalização, dos sistemas alimentares ao ponto de praticamente ninguém se poder alimentar sem ter de recorrer aos mercados globais (Rodrigo, 2024).

Daqueles processos resultaram/resultam diversos reveses, em termos nomeadamente de saúde pública, socioeconómica e política. No que respeita à saúde pública, é de destacar a proliferação de epizootias⁴ e pragas, bem como a ocorrência cada vez mais frequente de “crises alimentares” com origem microbiológica e por contaminação — onde se incluem as dioxinas, *E. coli*, *Listeria*, *Salmonella*, vírus da gripe aviária, entre muitas outras.

Também o número de pessoas sem condição económica para aceder a dietas alimentares saudáveis progride significativamente, com reflexos no “duplo fardo da má nutrição” (*double burden of malnutrition*) — isto é, coexistência de subnutrição e de sobrepeso e obesidade e outras doenças crónicas não transmissíveis relacionadas com a dieta alimentar (Popkin, Corvalan e Grummer-Strawn, 2020) — e na insegurança alimentar, dimensões que afligem, principalmente, países e classes sociais mais pobres, com prevalência em meio urbano e a aumentar no rural (Rodrigo, 2024). Em 2021, mais de 3,1 mil milhões de pessoas no mundo, ou seja, quase metade da população mundial, não tinham condições para ter uma alimentação saudável (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2023).

Paradoxalmente, o que falta a muitos é empregue em rações para animais e biocombustíveis — 36% das calorías produzidas a nível mundial são utilizadas para alimentação animal e 4% para biocombustíveis (Mason e Lang, 2017) — e, ainda, perdido ou desperdiçado. Cerca de 1/3 da produção total anual de alimentos é perdida nas etapas de produção, colheita, armazenamento, transporte, transformação e venda a retalho do sistema alimentar industrial, ou desperdiçada pelos consumidores (FAO, 2011). Sem utilidade, esta perda e desperdício alimentar contribui, todavia, com cerca de metade do total das emissões anuais de GEE com origem naquele sistema (Zhu *et al.*, 2023). O exposto revela que, presentemente, a agricultura produz calorías suficientes para satisfazer as necessidades alimentares básicas em todo o mundo. Revela ainda que a insegurança alimentar, que também afeta produtores de alimentos, concretamente, pequenos agricultores familiares (FAO, 2015), radica, não na deficiente oferta face à procura mas, antes, nas relações de poder que enformam o modelo de desenvolvimento socioeconómico dominante, recetáculo do modelo alimentar global, e gerem a distribuição de alimentos (Sen, 1981).

³ Situação em que as pessoas não têm acesso garantido a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para um crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável. (FAO, FIDA e PAM, 2015)

⁴ Estima-se que cerca de 75% de todas as doenças infecciosas emergentes em humanos são de origem zoonótica (USAID, 2009), em larga medida devido à devastação de habitats, alterações no uso do solo, aumento da densidade populacional humana e intensificação da atividade agropecuária, entre outros aspetos.



Por fim, é ainda relevante sublinhar a responsabilidade do sistema alimentar global no arrear de parte significativa dos pequenos agricultores familiares para as margens dos espaços de produção, e posterior expulsão de muitos deles, porque incapazes de concorrerem com os mercados globais. Em consequência deste afastamento/expulsão, a produção local de alimentos foi sendo destruída, com riscos acrescidos quer para a segurança alimentar à escala individual, nacional, regional e global⁵, quer para a soberania alimentar⁶, quer ainda para a ocorrência de disrupções na cadeia alimentar global conforme ilustrado pelas três crises alimentares registadas nos últimos 15 anos (2008: colapso financeiro combinado com o aumento dos preços dos combustíveis e utilização crescente de culturas alimentares para biocombustíveis; 2020: COVID-19; e desde 2022: perturbações das exportações de cereais na região do Mar Negro na sequência da agressão russa à Ucrânia) (Rodrigo, 2024).

O reconhecimento da insustentabilidade do sistema alimentar global do ponto de vista ambiental, socioeconómico e político, evidenciada pelos cenários antes descritos, de que o modelo agrícola industrial não permite assegurar necessidades básicas, nomeadamente, a da segurança alimentar e, ainda, de que a agricultura, o ambiente e a saúde são domínios intimamente inter-relacionados vêm sublinhando e impondo a necessidade e a urgência da adoção de iniciativas identificadas com os processos de Transição Alimentar. É neste âmbito que se inscrevem os Sistemas Alimentares Territoriais (SAT).

SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS (SAT)

Cunhado e definido com a participação da academia, de movimentos cívicos e de entidades internacionais, o conceito SAT entrecruza a noção de território com a de fileiras agroalimentares.

Com base no exposto, um SAT, define-se como um “conjunto coerente de cadeias agroalimentares localizadas numa área geográfica de dimensão regional” (Rastoin, 2015: 11). De acordo com o mesmo autor, enquanto a globalização fragmenta as cadeias de abastecimento através de uma crescente divisão do trabalho e de um aumento das distâncias entre, por um lado, os locais onde os alimentos são produzidos e, por outro, onde são comprados e consumidos, o SAT privilegia o território local através da integração local das cadeias de abastecimento, baseia-se em redes locais de empresas agrícolas, agroalimentares e de serviços que utilizam recursos locais, e adotam critérios de desenvolvimento sustentável. Acresce que o SAT também constitui uma via de resiliência às crises e ao risco de deslocalização alimentar, uma vez que se baseia num património natural, cultural e técnico, numa lógica de proximidade, e numa governança ancorada no território. O SAT, enquanto estratégia de diferenciação territorial, pode, ainda, constituir-se numa fonte de competitividade num contexto de mercado de massas.

Em suma, “os objetivos do SAT são:

- Acrescentar valor aos produtos através de cadeias de abastecimento de proximidade;
- Privilegiar a agricultura familiar, as redes de PME e de microempresas agroalimentares, e os circuitos de comercialização alternativos;
- Assegurar uma melhor distribuição do valor criado;
- Promover modelos produtivos agrícolas respeitadores da saúde dos consumidores e da gestão dos recursos naturais, ao mesmo tempo que minimizam os impactes ambientais; e, ainda,
- Reduzir as perdas e desperdícios ao longo da cadeia agroalimentar” (Rastoin, 2015: 11).

Outros autores explicitam outras dimensões dos SAT que importam sublinhar, nomeadamente, o tipo de conhecimentos e técnicas e tecnologias a adotar na atividade produtiva agrícola — a

⁵ Considera-se que existe segurança alimentar global (*global food security*) quando “todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos em quantidade suficiente, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares que lhes permitam uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996)

⁶ Soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos através de métodos ecológicamente correctos e sustentáveis, e a definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas (Nyéléni, 2007)



agroecologia — a diversidade de atores que envolve/são envolvidos, as potencialidades dos SAT para criar/ampliar e diversificar novas dinâmicas socioeconômicas, para estimular a inovação e o capital social à escala dos territórios.

Segundo Page *et al.* (2018), “Os SAT têm como objetivo a realocização da produção alimentar à escala de um território, tendo em conta os desafios do seu desenvolvimento sustentável, e no âmbito de uma abordagem agroecológica. Englobam as organizações de produção, transformação, distribuição, consumo e gestão de resíduos, bem como as suas inter-relações num território específico. Assentam em parcerias entre uma multiplicidade de atores locais, privados, públicos e da sociedade civil. A valorização dos produtos através de cadeias curtas de abastecimento contribui para a estruturação e a consolidação destas últimas nos territórios. Esta dinâmica encoraja a instalação de novos agricultores e, também, o estabelecimento de redes inovadoras de pequenas e médias empresas agroalimentares”.

Com efeito, a agroecologia, definida como uma ciência, uma prática (ou conjunto de práticas agrícolas) — aplicável a distintas escalas: parcela, exploração e paisagem agrícola —, um movimento ou, ainda, uma combinação destas três conceptualizações, vem-se assumindo enquanto um dos pilares dos SAT. A diversificação da produção, as rotações e consociações, a adoção de culturas intercalares e combinação de diferentes variedades/cultivares, de técnicas de gestão das culturas com otimização da biodiversidade e do controlo biológico de pragas e doenças, de estratégias holísticas para a melhoria da estrutura e fertilidade dos solos e da fixação biológica do azoto e, ainda, da reciclagem de nutrientes, energia e resíduos são exemplos de práticas agroecológicas (Rodrigo, 2024).

De sublinhar a relevância da agroecologia na conceptualização e implementação dos SAT. Por um lado, as inovações agroecológicas combinam o saber científico com os saberes locais tácitos dos produtores, o que permite capacitar a sua autonomia e capacidade de adaptação, tal como as das comunidades locais, enquanto atores-chave de mudança socioeconómica, organizacional e institucional. Por outro, o facto de a agroecologia se basear em processos *bottom-up* e territoriais. Deste modo, persegue soluções contextualizadas para problemas locais. Operacionalizados na etapa da produção pelo universo diversificado da Agricultura Familiar, a partir das características e especificidades dos ecossistemas e dos territórios rurais regionais, os SAT permitem





garantir a segurança alimentar, a manutenção dos agricultores familiares e das economias rurais e, ainda, a sustentabilidade ecológica, ambiental, económica e social dos territórios rurais (Rodrigo, 2024).

No que respeita à operacionalização do processo de Transição Alimentar e, concretamente, dos SAT, a França pode ser considerada, no âmbito da União Europeia, um Estado-membro piloto (ver, por exemplo, o número 4 do *Journal RESOLIS*, 2015), com reflexos nas respetivas políticas públicas e agendas cívicas. Contudo, outros Estados-membros também procuram seguir-lhe o exemplo. A este propósito é de referir Espanha onde proliferam múltiplos movimentos cívicos locais e regionais empenhados naquele processo. Embora com políticas públicas bem mais parcimoniosas comparativamente a França (García Azcárate e Sanz Cañada, 2016, entre outros). O caso espanhol não deve ser ignorado, sobretudo, pela proximidade a Portugal.

CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO (CCA)⁷

As cadeias curtas de abastecimento, comumente designadas por Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) são, a par das Hortas Urbanas, modalidades de (re)localização, ou (re)territorialização, do sistema alimentar baseadas na venda direta pelo produtor ao consumidor. Neste âmbito, integram o processo de Transição Alimentar que, em sinergia com a transição ecológica e energética, vem assumindo, em particular ao longo das duas últimas décadas, lugar de destaque nas agendas cívicas, de consumidores e cidadãos, e também nas agendas políticas de alguns países.

Os CCA correspondem à “venda de produtos agroalimentares diretamente entre produtor agrícola e consumidor final ou através de um único intermediário, e que se realiza numa área geográfica de proximidade entre eles” (Rodrigo, 2021: 5). As características definidoras das CCA são a proximidade relacional (número de intermediários) e física (distância percorrida pelos produtos entre o produtor e o consumidor). Um dos importantes benefícios para os produtores é a captação de uma percentagem maior do preço final dos produtos vendidos.

Os tipos de CCA dizem respeito às formas como os produtos são colocados no mercado (cabazes, mercados, etc.). No âmbito do projeto “AproximaR – Produzir e Consumir Localmente” foram descritas diferentes modalidades de CCA:

- **Comercialização na exploração agrícola:** venda dos produtos agroalimentares de forma direta pelo produtor, sem recurso a intermediários, na unidade produtiva.
- **Comercialização na exploração agrícola no sistema “colha você mesm@”:** os consumidores deslocam-se à unidade produtiva e colhem os produtos que pretendem.
- **Mercados locais de produtores:** os produtores deslocam-se a espaços destinados especificamente à venda dos produtos, normalmente geridos pelas autarquias ou pelos produtores.
- **Cabazes:** venda direta com entrega regular de um conjunto diversificado de produtos sazonais, em local combinado entre produtor e consumidor.
- **Venda à restauração comercial:** venda a restaurantes, espaços de turismo rural ou outras formas de restauração comercial que privilegiam o fornecimento de produtos locais aos clientes.
- **Venda à restauração coletiva:** abastecimento de cantinas e refeitórios. Esta modalidade difere da venda à restauração comercial pela sua natureza social. Normalmente diz respeito a creches, escolas, universidades, hospitais, lares de idosos, estabelecimentos prisionais, empresas e serviços da administração.

⁷ Este ponto baseia-se em Rodrigo, Isabel (2021), “Circuitos Curtos Agroalimentares: Percursos e Definições na União Europeia”, disponível em: <https://aproximar.rederural.gov.pt/projeto.html>. Este é um dos documentos elaborados no âmbito do Projeto AproximaR – Produzir e Consumir Localmente, financiado pelo PDR 2020 /Rede Rural Nacional (RRN) e finalizado em dezembro de 2021.



- **Venda em loja de produtores:** comercialização direta aos consumidores em espaço organizado pelos produtores. Estas lojas podem situar-se nas proximidades ou até em explorações agrícolas, mas também em locais um pouco mais afastados, como seja em centros urbanos.
- **Venda direta pela internet:** utilização de plataformas/ferramentas digitais para promoção e venda dos produtos por encomenda. Pode ser feito de forma individual ou coletiva.

De acordo com os resultados do referido projeto, a escolha pela modalidade de CCA pode prender-se com questões relacionadas com a situação individual do produtor, da exploração ou do território. No que toca ao produtor são fatores as diferentes características socioeconómicas, a maior ou menor facilidade de contacto com os consumidores ou a maior ou menor disponibilidade a nível de tempo e de deslocações. Já em relação à unidade produtiva, o tipo, dimensão, disponibilidade de mão-de-obra, o grau de diversificação da produção e a capacidade de assegurar a produção nas quantidades necessárias, são questões muito importantes. Por fim, a localização da exploração, a maior ou menor proximidade a centros urbanos ou a pontos de venda/consumo são outras condicionantes a ter em conta.

A comercialização através de CCA diferencia-se pelo nível de compromisso entre produtores e consumidores, que se pode traduzir num contrato, como no caso da Agricultura Apoiada pela Comunidade (*Community Supported Agriculture (CSA)*). Nesta abordagem os consumidores são coprodutores, apoiando diretamente a produção através da concessão de recursos, financeiros ou materiais, participando ativamente na mitigação de riscos e beneficiando do acesso e disponibilidade direta de alimentos, numa lógica de coparticipação (Melo, 2020). Entre as muitas outras formas de produção colaborativa estão algumas mais aprofundadas, como as ecoaldeias, comunidades em que os residentes partilham valores, objetivos e recursos em torno de práticas mais ecológicas e sustentáveis e em que predomina a agroecologia, frequentemente na modalidade de permacultura (Lima, 2013).

A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DAS CCA

As CCA apresentam um conjunto de vantagens/impactos positivos para produtores, consumidores e a sociedade em geral.

Rodrigo (2021) identifica a possibilidade de os produtores comercializarem os produtos a preços mais elevados, em comparação com a venda a grandes superfícies comerciais, o aumento do valor acrescentado, pela valorização/diferenciação dos processos de produção, transformação e serviços associados e a maior facilidade no acesso aos mercados, em especial para os pequenos agricultores. Identifica também a melhor comunicação e informação aos consumidores, a maior eficácia no *marketing* e promoção, a melhor monitorização das necessidades de procura e das preferências dos consumidores, a maior facilidade para estabelecer parcerias com outros produtores e com consumidores e a maior capacidade para reorientar a sua estratégia de negócio.

Já no que toca à importância das CCA para os consumidores, a mesma fonte destaca as vantagens a nível da melhor relação entre preço e qualidade dos produtos, o acesso mais fácil a alimentos frescos, de origem local, autênticos e tradicionais, a rastreabilidade dos produtos, desde a exploração à comercialização e a compra de produtos de qualidade assegurada, a partir do estabelecimento de relações de confiança com o produtor. São também salientados o melhor conhecimento sobre os processos de produção alimentar, com o (re)estabelecimento da relação entre agricultura e alimentação, a maior facilidade de acesso a opções alimentares mais saudáveis e sustentáveis, o contributo ativo para o processo de transição alimentar, a possibilidade de concretização de objetivos sociais e éticos e o apoio à economia local.

Por fim, as CCA são importantes para a sociedade em geral numa multiplicidade de dimensões. As CCA permitem a redução da poluição, já que o encurtamento do processo de transporte dos alimentos se traduz em menos emissões de GEE, em menos consumo de recursos para conservação e na menor necessidade de utilização de embalagens. Se associadas à adoção de práti-



cas agrícolas menos intensivas, com menor consumo e degradação dos recursos e utilização de matérias-primas, as CCA contribuem para um menor desperdício alimentar e permitem vários benefícios para a saúde, com alimentos mais frescos, de melhor qualidade e sem conservantes. As cadeias curtas contribuem para a preservação da agricultura familiar, das paisagens rurais, da biodiversidade, dos ecossistemas, de saberes-fazer locais e de tradições relacionadas com a agricultura, assim como o estabelecimento ou reforço de laços sociais a nível local ou regional. Permitem ainda uma maior consciência para os impactos negativos do sistema alimentar global industrializado, o desenvolvimento de nichos de inovação social e territorial e o desenvolvimento da economia local (Rodrigo, 2021).

A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E AS RELAÇÕES RURAL-URBANO

Como antes notado, a recente pandemia do coronavírus, com restrições à circulação e com a cessação temporária de algumas atividades, mostrou não só a vulnerabilidade do sistema alimentar global, como evidenciou a necessidade de rever o modelo de aprovisionamento de alimentos às populações urbanas. Acresce ainda, como antes referido, a crescente preocupação de grande parte dos consumidores com os impactos da alimentação no clima, na saúde e na economia. O abastecimento das cidades requer uma articulação direta e de proximidade com as áreas rurais, através da criação de sistemas alimentares territoriais, com frequência designados por sistemas alimentares urbano-regionais (Ruaf, 2015). Neste modelo, os territórios agrícolas periurbanos e as áreas rurais mais próximas são o garante do abastecimento de produtos agroalimentares das cidades, numa lógica não só de proximidade, mas de interdependência. A criação destes sistemas, que garantem não só a quantidade, como a qualidade dos alimentos e promovem a soberania alimentar, implica a criação de estruturas de governança mais integradas e inclusivas, a mobilização e o envolvimento de todas as partes interessadas, a evidência dos benefícios e o planeamento a longo prazo, que garanta a existência das infraestruturas necessárias, assim como um modelo e ferramentas de ordenamento do território adequados. São também essenciais o estímulo à procura sustentável por alimentos produzidos à escala regional/local com a implementação de políticas de aquisição de alimentos de produção regional por organismos





públicos, a alavancagem das empresas, da inovação e dos negócios como forma de distribuir os benefícios dos sistemas alimentares urbano-regionais e o aumento da disponibilidade e da transparência das informações, incluindo a utilização de tecnologias de comunicação e informação, para a monitorização e o escrutínio. É ainda essencial promover a criação de parcerias e a cooperação entre atores e territórios.

OS APOIOS ÀS CCA E AOS MERCADOS LOCAIS

No Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (PDR2020), as cadeias curtas e mercados locais foram alvo de apoios específicos através da operação 10.2.1.4 da Medida 10 - LEADER. Esta operação visava apoiar o escoamento da produção local, aproximar produtores e consumidores e fomentar a confiança, valorizar produtos locais, reduzir o desperdício alimentar, melhorar os hábitos alimentares e incentivar agricultura sustentável. Os apoios foram divididos em duas componentes: cadeias curtas e mercados locais. Na primeira componente, dirigida aos produtores, os GAL apoiaram o armazenamento, transporte e aquisição de pequenas estruturas de venda, ações de sensibilização e educação, o desenvolvimento de plataformas eletrónicas e de materiais promocionais, ações de promoção e sensibilização para a importância de consumir local e a deslocação de produtores a mercados. Já na componente dos mercados locais, os apoios, sobretudo concedidos a autarquias, incidiram sobre a criação ou modernização de infraestruturas existentes em mercados, ações de promoção e sensibilização para os benefícios da alimentação de proximidade, o armazenamento, transporte e aquisição de pequenas estruturas de apoio à comercialização e o desenvolvimento de plataformas eletrónicas e de materiais promocionais.

Para além disso, no quadro da Cooperação LEADER do PDR2020, foram apoiados vários projetos em que a criação de cadeias curtas foi abordada, com enfoque na criação de conhecimento e na capacitação, na identificação e disseminação de boas práticas e na construção e dinamização de redes. As CCA foram ainda indiretamente apoiadas no âmbito de projetos dos apoios aos pequenos investimentos nas explorações agrícolas e aos pequenos investimentos na transformação e comercialização, que permitiram a melhoria das condições de produção, transformação e comercialização dos produtos agroalimentares.





No âmbito do PEPAC no Continente está prevista a continuação dos apoios especialmente dirigidos às CCA, nomeadamente à inovação na comercialização, à criação e ao desenvolvimento de cadeias curtas e à dinamização de mercados locais, no âmbito da medida D.1 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária⁸, que inclui também apoios à comercialização por grosso (estes últimos que não se coadunam com as CCA):

A operação D 1.1.1.4 - Inovação na comercialização, cadeias curtas e mercados locais inclui três objetivos:

- a) Contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas de comercialização de produtos agrícolas por grosso;
- b) Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação dos produtos e especialidades locais, a diminuição do desperdício alimentar, a melhoria da dieta alimentar através do acesso a produtos da época, frescos e de qualidade, bem como fomentando a confiança entre produtor e consumidor;
- c) Incentivar práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a diminuição da emissão de gases efeito de estufa através da redução de custos de armazenamento, refrigeração e transporte dos produtos até aos centros de distribuição.

Também os apoios foram divididos em três componentes, das quais duas são relevantes para as CCA e mercados locais.

Cadeias curtas: destina-se a apoiar o armazenamento, transporte e aquisição de pequenas estruturas de venda, ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade junto de públicos-alvo específicos e de núcleos urbanos, o desenvolvimento de plataformas eletrónicas para vendas à distância e materiais promocionais, deslocações dos produtores aos mercados locais, entregas em pontos específicos e a clientes finais e a adaptação e equipamento de infraestruturas existentes para o desenvolvimento de CCA.

A taxa de apoio é de até 65% para investimentos entre 500 e 300.000 euros.

Mercados locais: os apoios incluem a criação ou modernização de infraestruturas existentes em mercados locais, ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local, o armazenamento e aquisição de pequenas estruturas de venda, o desenvolvimento de plataformas eletrónicas para vendas à distância e materiais promocionais e a criação ou modernização de infraestruturas nos espaços de associações, cooperativas e autarquias.

A taxa de apoio é de até 65%, para investimentos entre 10.000 e 300.000 euros.

Tal como no PDR2020, também no âmbito do LEADER no PEPAC no Continente os produtores poderão beneficiar dos apoios à melhoria/modernização das condições de produção, transformação e comercialização (através das intervenções D.1.1.1.1 - Pequenos investimentos na exploração agrícola; D.1.1.1.2 - Pequenos investimentos na bioeconomia e economia circular e D.1.1.1.3 - Investimentos em diversificação, comércio e serviços associados, na exploração agrícola), para complementar o desenvolvimento de projetos de CCA. É ainda expectável as CCA, associadas à alimentação equilibrada e sustentável sejam abordadas pelos GAL no âmbito da cooperação LEADER ou de outras medidas/instrumentos. As CCA poderão também, ainda que indiretamente, beneficiar de apoio de outras medidas do PEPAC no Continente, no âmbito dos apoios ao investimento e rejuvenescimento, da sustentabilidade das zonas rurais, da gestão de riscos e organização da produção e da criação e disseminação de conhecimento.

⁸ Regulamentado pela Portaria n.º 247/2025/1, de 30 de maio. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/247-2025-919989044>

EXEMPLOS DE PROJETOS E INICIATIVAS PROMOTORAS DE CCA E SAT

PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO LEADER



Mercado da Agricultura Tradicional e Familiar de São Pedro do Sul

Em 2007, através do PROGRIDE – Programa de Desenvolvimento e Inclusão, após identificada a necessidade pelos agricultores do concelho, o Município de São Pedro do Sul criou um mercado de produtores locais. Inicialmente, o mercado realizava-se numa tenda uma vez por mês, em 2012, passou para os claustros do Município e em 2018, o município apresentou uma candidatura

ao GAL ADDLAP para a criação do Mercado da Agricultura Tradicional e Familiar de São Pedro do Sul. Atualmente em funcionamento, conta com 13 produtores inscritos e 4 produtores associados, tem normas e regulamento de modo a proteger a produção local e tem, para além dos produtos agroalimentares, as artes e ofícios também representadas. Este mercado concorre para os objetivos da Bio-Região de São Pedro do Sul, estratégia multiatores dinamizada pelo município, tendo em vista a promoção da gestão sustentável dos recursos, com base em modelos de produção agroecológicos/biológicos baseados no respeito e na valorização dos recursos locais (AlimentaÇÃO!, 2021).



Entreposto da Colónia Agrícola Martim Rei

A Colónia Agrícola Martim Rei, no concelho do Sabugal, criada pela Junta de Colonização Interna do Estado Novo em 1936, com o objetivo de valorizar terrenos baldios através da promoção da prática agrícola e da fixação de população, estava quase abandonada. Dando seguimento a uma estratégia de revalorização iniciada em 2009, com a instalação de espaços de cultura – campos

experimentais e viveiros – assim como de valências para proteção e valorização ambiental, com uma importante componente pedagógica, a autarquia submeteu uma candidatura ao GAL PRÓ-RAIA, para desenvolvimento de um entreposto num dos antigos “casais” da Colónia. O projeto transformou um antigo armazém numa infraestrutura destinada à receção, armazenamento, calibração e embalagem de produtos agroflorestais produzidos localmente, e que também permite a gestão e preparação dos produtos para escoamento através do Mercado Municipal da cidade e de plataformas de comércio digital.



Rogério Joaquim Franco Bilro, Borba

Rogério Bilro é um pequeno produtor de hortícolas e frutícolas do concelho de Borba, no Alentejo Central. Com o apoio do GAL MONTE, este agricultor viu facilitado o escoamento da sua produção numa lógica de circuito curto, com a aquisição de uma viatura para realização de vendas porta a porta e o apoio às deslocações ao mercado local, onde também realiza a comercialização dos seus produtos.

SAL – Sistemas Alimentares Locais

O projeto SAL⁹ desenvolvido no quadro da Cooperação LEADER do PDR2020, e promovido por uma parceria que juntou seis GAL portuguesas e uma associação de desenvolvimento agropecuário de São Tomé e Príncipe, teve como objetivos contribuir para a implementação e governança de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e resilientes, fortalecendo o capital social e económico da agricultura familiar. As principais atividades incluíram: ações de capacitação; intercâmbio de conhecimentos e boas práticas de agricultura sustentável e comercialização em circuitos curtos; caracterização e valorização das espécies e variedades locais dos territórios parceiros; e mobilização dos atores locais para a importância da construção de políticas locais de alimentação sustentável. O projeto constatou a necessidade de maior literacia alimentar, de apoio a atividades de experimentação e replicação de práticas inovadoras de transição alimentar e de apoio a redes colaborativas sobre a temática.



Mercados de Produtores Locais do Concelho de Palmela

De forma a valorizar e enriquecer a oferta dos mercados do concelho e a apoiar o escoamento da produção local, o Município de Palmela submeteu, em 2018, uma candidatura ao GAL ADREPES, com o objetivo de requalificar e dinamizar três **mercados locais de produtores**¹⁰, na Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Palmela. Com o apoio do GAL foram realizadas intervenções de modernização,

de aquisição de bancas de venda para produtores nos três mercados, da conceção de um plano de comercialização e da realização de ações e materiais de promoção conjunta. Os mercados realizam-se todos os sábados.

⁹ Projeto SAL – Sistemas Alimentares Locais. Disponível em: <https://projetosal.pt/>

¹⁰ Câmara Municipal de Palmela – Mercados Locais de Produtores. Disponível em: <https://www.cm-palmela.pt/viver/economia-local-e-metrologia/mercados-locais-de-produtores>



Mercados Locais Itinerantes

Preocupado com a expressiva redução de utilizadores dos mercados locais, quer ao nível dos produtores, quer de consumidores e ciente da necessidade de implementação de medidas promotoras de uma maior procura e rentabilização dos produtos que contribuam para a revitalização do setor primário na região, o GAL ADICES lançou um projeto inovador de CCA. A operação consistiu na conceção e dinamização de es-

paços itinerantes para venda e promoção dos produtos locais, fortalecendo a relação de proximidade entre os produtores e consumidores no seu território de intervenção - Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela. O projeto foi concretizado em 2024, através de uma unidade associada para cada concelho do território do GAL e a criação e desenvolvimento de uma marca, que se pretende agregadora, identitária e comercialmente impulsionadora da produção e consumo locais.



PROVE – Promover e Vender

O Cabaz **PROVE**¹¹ é uma metodologia de promoção da comercialização de produtos agrícolas e frutícolas em circuito curto, que procura contribuir para o escoamento da produção local, melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, garantir produtos saudáveis e de qualidade, produzidos de forma sustentável e contribuir para a continuidade da atividade agrícola. A iniciativa teve início em

2006, nos concelhos de Palmela e Sesimbra, por iniciativa da ADREPES, tendo sido posteriormente disseminado de Norte a Sul de Portugal através de Grupos de Ação Local, produtores/as e consumidores/as, mas também de autarquias, organizações de agricultores e diversos parceiros locais. A metodologia assenta na comercialização sob a forma de cabazes compostos exclusivamente por produtos da época, produzidos localmente, encomendados através de uma plataforma online e recolhidos em pontos de venda definidos - núcleos PROVE (atualmente existem cerca de 90 núcleos).

¹¹ Plataforma da iniciativa PROVE – Promover e Vender. Disponível em: <https://www.prove.com.pt/www/>



OUTRAS INICIATIVAS RELEVANTES



RNAES – Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável

Entre 2023 e Março de 2025, no âmbito do Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável, foram apoiados 22 projetos de nível sub-regional (NUTS III), liderados pelos GAL, que enquadraram equipas com nutricionistas e agrónomos, para implementar planos de ação de diagnóstico, sensibilização e aconselhamento aos consumidores e à população dos territórios

rurais para a adoção de uma alimentação saudável, económica e sustentável, na transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis. A RNAES¹², promovida por um consórcio diversificado de entidades, e apoiada pelo PRR, valoriza e articula as intervenções deste 22 projetos aumentando a sua eficácia e sustentabilidade, numa rede nacional de cooperação. Um dos objetivos desta rede é promover a identificação e caracterização de sistemas alimentares territoriais e criar um observatório que proporcione uma visão integrada e que apoie a tomada de decisões informada e o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para promover a alimentação equilibrada e sustentável.

Revitalgarve

Projeto inovador implementado no Algarve, desenvolvido por 12 entidades de diferentes setores, que tem como objetivo a criação de um modelo de organização do Sistema Alimentar da região, baseado numa Rede de Produtores Locais do Algarve (RPLA) e no consumo local. O Revitalgarve¹³ intervém na produção, processamento, distribuição, abastecimento, organização, comercialização e consumo de alimentos, orientado pelos princípios da Dieta Mediterrânica, desenvolvendo modelos de organização da economia dos territórios, reconhecendo a sua diversidade, o seu capital natural e social, contribuindo para a melhoria da organização da cadeia produtiva. Tem ainda como propósito contribuir para a diversificação da atividade económica desta região, muito centralizada no turismo. O projeto inclui um inventário de produtores e das produções locais, a criação de um sistema de informação/base de dados e a articulação entre produtores e consumidores.

AproximaR – Produzir e Consumir Localmente

Uma parceria de entidades interessadas nos circuitos curtos de comercialização de produtos agroalimentares, incluindo organizações representativas do setor agrícola, da academia, da administração pública e um GAL, desenvolveu o projeto AproximaR¹⁴, apoiado pelo PDR2020, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre iniciativas relevantes ou boas práticas no âmbito dos CCA e criar ferramentas de apoio para a criação de CCA nas quatro modalidades selecionadas: cabazes, mercados locais de produtores, fornecimento à restauração coletiva e venda na exploração. No quadro do projeto foram compilados exemplos nacionais e internacionais de criação de CCA, identificados e mapeados estudos de caso/boas práticas, criados vídeos com testemunhos e elaborados guias para criação de CCA, nas modalidades acima enumeradas, um relevante conjunto de recursos de apoio à implementação dos mesmos.

¹² Projeto RNAES – Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável. Disponível em: <https://www.rnaes.pt/>

¹³ Projeto Revitalgarve. Disponível em: <https://www.revitalgarve.pt/>

¹⁴ Projeto AproximaR – Produzir e Consumir Localmente. Disponível em: <https://aproximar.rederural.gov.pt/>



BIBLIOGRAFIA

- AlimentaÇÃO! (2021). Diagnóstico das Dinâmicas Alimentares do Município de São Pedro do Sul. Disponível em: https://www.animar-dl.pt/wp-content/uploads/2023/05/Diagnostico-das-Dinamicas-Alimentares_S.-Pedro-do-Sul.pdf
- AproximaR - Produzir e Consumir Localmente (s.d.). Apresentação. Disponível em: <https://aproximar.rederural.gov.pt/index.html>
- Barnosky, Anthony D. *et al.* (2012), “Approaching a state shift in Earth’s biosphere”, *Nature*, 486, 52-58.
- Benton, Tim G.; Bieg, Carling; Harwatt, Helen; Pudasaini, Roshan e Wellesley, Laura (2021), “Food system impacts on biodiversity loss: three levers for food system transformation in support of nature”, Research Paper, Energy, Environment and Resources Programme, The Royal Institute of International Affairs, London, 75 p.
- Crippa, M.; Solazzo, D.; Monforti-Ferrario, F.; Tubiello, F.N. e Leip, A. (2021), “Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG Emissions”, *Nature Food*, 2, March, 198-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43016-021-00225-9>
- DRE - Diário da República. Portaria n.º 247/2025/1, de 30 de maio. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/247-2025-919989044>
- European Environment Agency (EEA) (2017), Food in a green light: A systems approach to sustainable food, EEA Report, N° 16, Luxembourg, 33 p.
- FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2011), Global Food Losses and Food Waste – Extent, Causes and Prevention, Rome, 37 p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i2697e/i2697e.pdf>
- FAO (2015), The State of Food and Agriculture 2015 IN BRIEF, 12 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4953e.pdf>
- FAO (2019), The State of the World’s Biodiversity for Food and Agriculture, J. Bélanger e D. Pilling (eds.), FAO Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments, Rome, 572 p.
- FAO (2021). Climate-Smart Agriculture case studies 2021 – Projects from around the World. Rome. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/1a3714ba-5e7e-407d-acf2-1faa4d07a160/content>
- FAO (1996), Rome Declaration on World Food Security, World Food Summit, Rome. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>.
- FAO, FIDA e PAM (2015), L’état de l’insécurité alimentaire dans le monde 2015. Objectifs internationaux 2015 de réduction de la faim: des progrès inégaux, Rome, FAO, 62 p.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO (2023), The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, Agrifood Systems Transformation and Healthy Diets Across the Rural-Urban Continuum, Rome, FAO, 316 p. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc3017en>.
- Foley, Jonathan A. *et al.*, (2005), “Global Consequences of Land Use”, *Science*, 309 (570), 570-574. DOI: 10.1126/science.1111772.
- Friedmann, Harriet (2005), “Feeding the empire: The pathologies of globalized agriculture”, *Socialist Register*, 41, 124-143.
- García Azcárate, Tomás e Sanz Cañada, Javier (2016), “Les systèmes alimentaires territorialisés: première approche sur le cas espagnol”, *Journal RESOLIS*, 12, juillet, 16-19.
- Governo de Portugal (2021). Governo lança Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=governo-lanca-plano-nacional-para-a-alimentacao-equilibrada-e-sustentavel>





Lima, C. (2013). Ecoaldeias: práticas de cuidado a nível global e local. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1935>

Marchand, Frédéric e Chabanet, Dominique (2022), *Projets Alimentaires Territoriaux “Plus vite, plus haut, plus fort”*, Ministère de l’ Agriculture et de la Souveraineté Alimentaire, Juillet, 50 p. Disponível em : <https://www.vie-publique.fr/rapport/286303-projets-alimentaires-territoriaux-plus-vite-plus-haut-plus-fort>

Maréchal, Gilles; Noël, Julien e Wallet, Frédéric (2019), “Les projets alimentaires territoriaux (PAT): entre rupture, transition et immobilisme ?”, *POUR*, 234-235, mai, 261-270.

Mason, Pamela e Lang, Tim (2017), *Sustainable diets: How ecological nutrition can transform consumption and the food system*, New York, Routledge, 368 p.

Melo, A. (2020). Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): O que sustenta a comunidade? Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/b3804912-9086-42b2-a3f2-f9898b-c3f075/content>

Nyéléni (2007) Declaration of Nyéleni. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article290>

ONU – Organização das Nações Unidas (s.d.). United Nations Decade on Ecosystem Restoration 2021-2023. The connection between food systems and the environment. Disponível em: <https://www.decadeonrestoration.org/connection-between-food-systems-and-environment>

ONU (2022), *Global Impact of the War in Ukraine on Food, Energy and Finance Systems*, Global Crisis Response Group, Brief No.1, 13 April, 21 p.

Page, Antony; N’diaye, Audrey; Duvernoy, Isabelle e Duru, Michel (2018), “Système alimentaire territorialisé. Définition”. *Dictionnaire d’Agroécologie*. Disponível em : <https://dicoagroecologie.fr/encyclopedie/systeme-alimentaire-territorialise/>

Parlamento Europeu (2024). Fichas temáticas sobre a União Europeia - Desenvolvimento rural e a PAC. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/329735/rural-development-and-the-cap>

PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (s.d.). Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais. Disponível em: <http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020/Arquitetura/Area-4-Desenvolvimento-local/Medida-10-LEADER/Acao-10.2-Implementacao-das-Estrategias/Operacao-10.2.1.4-Cadeias-curtas-e-mercados-locais/Documentos-de-Suporte>

PEPAC no Continente – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum no Continente (2024). Ficha da Intervenção D.1 – Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Disponível em: <https://pepacc.pt/wp-content/uploads/2024/04/Ficha-da-intervencao-D.1-Desenvolvimento-Local-de-Base-Comunitaria.pdf>

Pimentel, David; Harvey, C.; Resosudarmo, P.; Sinclair, K.; Kurz, D.; McNair, M.; Crist, S.; Shpritz, L.; Fitton, L.; Saffouri, R. e Blair, R. (1995), “Environmental and Economic Costs of Soil Erosion and Conservation Benefits”, *Science*, 267 (5201), 1117-1123. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2886079>

Popkin, Barry M.; Corvalan, Camila e Grummer-Strawn, Laurence M. (2020), “Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality”, *The Lancet.com*, 395 (4), 65-74.

Preiss, P. e Schneider, S. (2020). *Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos*. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211399>

PROVE - Promover e Vender (s.d.) O projecto PROVE «Promover e Vender». Disponível em: <https://www.prove.com.pt/www/o-projecto-prove-promover-e-vender.T143.php>

Rastoin Jean-Louis (2015) “Les systèmes alimentaires territorialisés: le cadre conceptuel”, *Journal RESOLIS*, mars, 11-13.

Rist, L. *et al.* (2014), “Applying resilience thinking to production ecosystems”, *Ecosphere*, 5 (6), 1-11.



RNAES – Rede Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (s.d.). Sobre a RNAES. Disponível em: <https://www.rnaes.pt/about-3>

Rocheftort, G. *et al* (2021). A Rapid Review of Territorialized Food Systems and Their Impacts on Human Health, Food Security, and the Environment. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8537681/>

Rodrigo, Isabel (2017), “Circuitos curtos agroalimentares e desenvolvimento local”, em: Oliveira, Rosário; Amâncio, Sara e Fadigas, Leonel (eds.), *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*, 1.ª Edição, Lisboa, Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry, pp.114-118. ISBN: 978-989-99801-2-9

Rodrigo, Isabel (2024), “ODS2 erradicar a fome”, em Ferrão, João (coord.), *Fundação Eugénio de Almeida* (ed.), *Agenda Estratégica para o Futuro do Alentejo*, pp. 29-39.

Ruaf, F. (2015). *Sistemas alimentares urbano-regionais*. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau29_completo.pdf

SAL - Sistemas Alimentares Locais (s.d.) O projeto. Disponível em: <https://projetosal.pt/o-projeto/>

Sen, Amartya (1981), *Poverty and Famines: An Essay in Entitlement and Deprivation*, Oxford, Clarendon Press, 257 p.

Systemes alimentaires territorialises en France: 100 initiatives locales pour une alimentation responsable et durable (2015), *Journal RESOLIS*, 4, mars.

Teixeira, F. (2014). *Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos*. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9205/1/2014_ECSH_DEP_Dissertacao_FL%C3%A1via%20Sofia%20Lopes%20Teixeira.pdf

UNCDF - Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas (2021). *Territorial Food Systems for Sustainable Development: Issue Brief for UN Food Systems Summit*. Disponível em: <https://www.uncdf.org/article/7177/territorial-food-systems-for-sustainable-development-issue-brief-for-un-food-systems-summit>

UNEP - United Nations Environment Programme(2016), *Food Systems and Natural Resources*, Westhoek, H, Ingram J., Van Berkum, S., Özyay, L., and Hajer M., *A Report of the Working Group on Food Systems of the International Resource Panel (IRP)*, 34 p.

URGENCI (s.d.). *Territorial Food Systems*. Disponível em: <https://hub.urgenci.net/houses/territorialfoodsystms-house/>

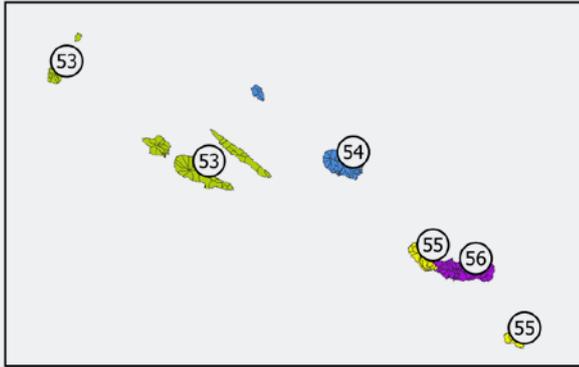
USAID (2009), *Emerging Pandemic Threats*, Washington.

Vieira, V. (2022). *A sustentabilidade dos Sistemas Alimentares: Desafios e Oportunidades das Cidades*. Disponível em: <https://cidadescirculares-2019-2023.dgterritorio.gov.pt/pages/artigo-info-09>

Voz do Campo (2024). *Sistemas alimentares sustentáveis, processos em Portugal e projetos no Minho*. Disponível em: <https://vozdocampo.pt/2024/05/03/sistemas-alimentares-sustentaveis-processos-em-portugal-e-projetos-no-minho/>

Zhu, Jingyu; Luo, Zhenyi; Sun; Tingting *et al.* (2023), “Cradle-to-grave emissions from food loss and waste represent half of total greenhouse gas emissions from food systems”, *Nature Food*, 4, 247-256, Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43016-023-00710-3>.

GRUPOS DE AÇÃO LOCAL NO PEPAC



- 1 - ADRIMINHO
- 2 - ADRI L
- 3 - ATAHCA
- 4 - AD RAT
- 5 - CORANE
- 6 - SOL DO AVE
- 7 - PROBASTO
- 8 - DESTEQUE
- 9 - LITORAL RURAL
- 10 - ADER-SOUSA
- 11 - DOLMEN
- 12 - DOURO HISTÓRICO
- 13 - DOURO SUPERIOR
- 14 - AD RITEM
- 15 - ADRIMAG
- 16 - BEIRA DOURO
- 17 - RAIA HISTÓRICA
- 18 - ROTA DA BAIRRADA
- 19 - ADDLAP
- 20 - ADD
- 21 - ADICES
- 22 - ADRUSE
- 23 - PRÓ-RAIA
- 24 - AD ELO
- 25 - COIMBRA MAIS FUTURO
- 26 - DUECEIRA
- 27 - ADIBER
- 28 - ADERES
- 29 - RUDE
- 30 - TERRAS DE SICÓ
- 31 - PINHAIS DO ZÉZERE
- 32 - PINHAL MAIOR
- 33 - ADRACES
- 34 - ADAE
- 35 - ADIRN
- 36 - TAGUS
- 37 - LEADER OESTE
- 38 - APRODER
- 39 - RIBALOCAL
- 40 - LEADERSOR
- 41 - ADER-AL
- 42 - A2S
- 43 - ADREPES
- 44 - TERRAS DENTRO
- 45 - MONTE
- 46 - ADL
- 47 - ESDIME
- 48 - ALENTEJO XXI
- 49 - ROTA DO GUADIANA
- 50 - VICENTINA
- 51 - IN LOCO
- 52 - TERRAS DO BAIXO GUADIANA
- 53 - ADELIAÇOR
- 54 - GRATER
- 55 - ARDE
- 56 - ASDEPR
- 57 - ADRAMA
- 58 - ACAPORAMA

